

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1484532 - MG
(2019/0101660-5)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : OLGA FARAGO MIRANDA
ADVOGADOS : SARAH CAMPOS E OUTRO(S) - MG128257
WALLACE SANTOS SILVA - MG148885
ADOLPHO ALEXANDER VON RANDOW -
MG160852
AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES
DO ESTADO MG
PROCURADOR : MARIA BEATRIZ PENNA MISK - MG052506
PROCURADOR ANNA LUCIA GOULART VENERANDA E
OUTRO(S) - MG116291

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR ESTADUAL. MORTE. PECÚLIO E SEGURO COLETIVO. CÔNJUGE BENEFICIÁRIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. SEPARAÇÃO DE FATO. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO AFASTADA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 7/STJ.

1. Afasta-se a alegada ofensa aos arts. 489, I, e 1.022, I e II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. A desconstituição das premissas lançadas pela instância ordinária, segundo as quais *não demonstrada qualquer ilegalidade no ato que negou à apelante os benefícios pleiteados, porquanto os documentos acostados aos autos demonstram que, quando do óbito do ex servidor, as partes encontravam-se separadas, não havendo nos autos nenhuma prova de que, após a separação, as partes tenham vivido em união estável. Isso é incontroverso nos autos, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria de fato, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ.*

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

